



27/08/2017 Horário: das 14h00min às 19h00min

PROVA Nº **01**

## CADERNO DE QUESTÕES CFO

SÓ FOLHAR APÓS AUTORIZAÇÃO DO FISCAL

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO

**01** - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

- Um caderno de questões com **80** questões objetivas, com **5** alternativas, sem repetição ou falha.
- Um **CARTÃO-RESPOSTA** que deverá ser **ASSINADO** no local indicado e preenchido com as respostas das questões da prova.

**02** - Verifique se este material recebido está em ordem, se não há imperfeições gráficas ou falta de páginas. Caso contrário, notifique **IMEDIATAMENTE** o fiscal.

**03** - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não **DOBRAR, AMASSAR** ou **MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA** não será substituído.

**04** - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Controle o seu tempo.

**05** - Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões **NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.

**06** - O tempo disponível para esta prova objetiva é de **5 (cinco) horas**, o tempo gasto com instruções e entrega de material será compensado no final da prova

**07** - O candidato só poderá retirar-se da sala de provas após transcorridas **3 (três) horas** contadas a partir do seu efetivo início.

**08** - Os três últimos candidatos deverão assinar o termo de encerramento da prova, lacrar o envelope e retirar-se simultaneamente da sala de provas.

**09** - Não haverá banheiro para os candidatos que terminarem a prova, se necessário peça ao fiscal que lhe acompanhe antes de entregar a prova. (Item 8.4.7 do edital)

**10** - O gabarito preliminar e um caderno de provas estarão disponíveis no site [www.iobv.org.br](http://www.iobv.org.br), no dia seguinte ao da realização das provas na **área restrita do candidato**.

**11 - NÃO** é permitido ao candidato sob pena de eliminação (item 4 do edital):

- Qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Perguntas aos fiscais quanto à interpretação das questões.
- Saídas da sala de provas sem acompanhamento do fiscal de sala após assinada a lista de presença.

**ATENÇÃO:** - É **OBRIGATÓRIA A ASSINATURA NO CARTÃO-RESPOSTA** (conforme alínea "J" do item 4.1 do edital)  
- **HAVERÁ DETECTORES DE METAIS EM TODOS OS BANHEIROS, O CANDIDATO QUE FOR FLAGRADO PORTANDO QUALQUER DOS OBJETOS NÃO PERMITIDOS SERÁ ELIMINADO DO CERTAME.** (conforme alínea "g" do item 4.1 do edital)

Anote aqui suas respostas antes de passar para o cartão-resposta:

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80

VOCÊ PODE DESTACAR ESTA FOLHA E LEVÁ-LA PARA CONFERÊNCIA



## Direito Constitucional

### Questão 01

Entende-se como o Estado Democrático de Direito a organização política em que:

- A) O poder emana do povo, que o exerce apenas por meio de representantes, escolhidos em eleições livres e periódicas, mediante sufrágio universal e voto direto e secreto, para o exercício de mandatos periódicos.
- B) O poder emana do povo, que o exerce diretamente, mediante consulta popular em plebiscitos e referendos.
- C) O poder emana do povo, que o exerce diretamente ou por meio de representantes, escolhidos em eleições livres e periódicas, mediante sufrágio universal e voto direto e secreto, para o exercício de mandatos periódicos.**
- D) O poder emana do povo, sendo exercido indiretamente, através de seus representantes, escolhidos em eleições livres e periódicas, mediante sufrágio universal e voto direto e secreto, para o exercício de mandatos periódicos.
- E) O poder emana do povo, sendo exercido diretamente ou por meio de representantes, escolhidos em eleições livres e periódicas, mediante sufrágio universal e voto direto, secreto ou não, para o exercício de mandatos periódicos.

### Questão 02

Assinale a alternativa correta:

Em sua conhecida obra, “*O espírito das Leis*”, Montesquieu efetuou o seguinte arrazoado:

“Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer as leis, o de executar as resoluções públicas, e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos” (*Do espírito das Leis*, São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962, v. 1, p 181).

O raciocínio empreendido pelo escritor veio a ser estampado, na Constituição do Brasil, em seu artigo 2º, texto legal que disciplina:

- A) O princípio da separação dos Poderes do Estado, prevendo sua independência e harmonia.**
- B) A regra de divisão dos Poderes do Estado, sua independência e harmonia.
- C) O princípio da separação de atribuições do Estado, bem como sua interdependência.
- D) A forma de separação das funções do Estado.
- E) A Hierarquia entre os Poderes do Estado, outorgando ao Estado o Poder de Polícia para julgamento de crimes ou divergências entre os indivíduos.

### Questão 03

Nos termos do artigo 5º, inciso II da Constituição Federal, “*ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei*”. Sobre o citado inciso, assinale a alternativa falsa:

- A) O texto legal estampa o princípio da legalidade, traduzindo que a lei é o instrumento, por excelência, de conformação jurídica das relações sociais.
- B) Da aplicação do princípio da legalidade decorre o necessário respeito ao devido processo legal.
- C) Pelo princípio da legalidade, o particular pode fazer tudo o que a lei não lhe proíbe, vigorando o princípio da autonomia da vontade.
- D) Não pode ocorrer condenação de indivíduo que desconheça teor de lei que criminalize conduta por ele praticada.**
- E) O princípio da legalidade surgiu com o Estado de Direito, opondo-se a toda e qualquer forma de poder autoritário ou antidemocrático.

### Questão 04

Conforme disposto no artigo 125 da Constituição Federal, “*Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição*”. Sobre essa afirmação, é incorreto afirmar:

- A) A competência dos tribunais é definida na Constituição do Estado, e a lei de organização judiciária é de iniciativa do Tribunal de Justiça.
- B) A Justiça Militar Estadual é constituída, em primeiro grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.**
- C) É de competência de lei estadual, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a criação da Justiça Militar Estadual.
- D) Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis.
- E) Compete à Justiça Militar Estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei, e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil.

### Questão 05

No que diz respeito à segurança pública, como dever do Estado, assinale a alternativa **incorreta**.

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- A) Polícia Rodoviária Federal.
- B) Polícia Ferroviária Federal.
- C) Polícias militares.
- D) Corpos de bombeiros militares.
- E) **Ministério Público.**

### Questão 06

Os Direitos Políticos abrangem o direito ao sufrágio, que se materializa no direito de votar, de participar da organização da vontade estatal e no direito de ser votado. Como anota Romanelli Silva (In: *Democracia e Direitos políticos*, São Paulo: Instituto de Direitos Políticos, 2005, p. 331-332), no ordenamento jurídico brasileiro, o sufrágio abrange o direito de voto, mas vai além dele, ao permitir que os titulares exerçam o poder por meio de participação em plebiscitos, referendos e iniciativas populares. Consoante a tradição constitucional brasileira:

- A) O voto é facultativo aos brasileiros maiores de 16, menores de 18, maiores de 65 anos de idade.
- B) O voto é obrigatório aos analfabetos.
- C) O voto é facultativo aos conscritos do serviço militar obrigatório.
- D) **O voto é obrigatório a partir dos 18 anos de idade para todos os brasileiros, quer sejam natos, quer sejam naturalizados.**
- E) O estrangeiro dispõe de direito de voto, desde que possua visto válido, no país.

### Questão 07

É facultado ao Presidente da República, após ouvidos o Conselho da República e o Conselho da Defesa nacional, decretar estado de defesa, para preservar ou prontamente restabelecer, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou a paz social ameaçadas por grave e iminente instabilidade institucional. O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:

- A) Ocupação e uso temporário de bens particulares, na hipótese de calamidade pública, respondendo a União pelos danos e custos decorrentes.
- B) Interrupção de comunicações telegráficas e telefônicas.
- C) Toque de recolher coercitivo, a partir das 22 horas.
- D) Interrupção das atividades do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.
- E) **Restrições ao direito de reunião, mesmo que exercida no seio das associações.**

### Questão 08

Em relação à constituição do Estado de Santa Catarina, promulgada no ano de 1989, é correto afirmar:

- A) São estáveis após cinco anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- B) O Deputado investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, da Prefeitura da Capital ou de chefe de missão diplomática temporária perderá o mandato.
- C) **É de competência exclusiva da Assembleia Legislativa processar e julgar o Governador e o Vice-Governador do Estado nos crimes de responsabilidade, bem como os Secretários de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles.**
- D) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta, entre outras possibilidades, por pelo menos um por cento do eleitorado estadual, distribuído por no mínimo vinte Municípios, com não menos de um por cento dos eleitores de cada um deles.
- E) A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe apenas ao Governador do Estado e ao Procurador-geral de Justiça.

## Direito Administrativo

### Questão 09

O Direito Civil faz distinção entre ato e fato, sendo o primeiro imputável ao homem, e o segundo decorrente de acontecimentos naturais, que independem do homem ou que dele dependem apenas indiretamente. Quando o fato corresponde à descrição contida na norma legal, ele é chamado fato jurídico e produz efeitos no mundo do direito. Quando o fato descrito na norma legal produz efeitos no campo do direito administrativo, ele é um fato administrativo, como a morte de um funcionário, que produz a vacância de seu cargo. Se o fato não produz qualquer efeito jurídico no Direito Administrativo, ele é chamado fato da administração. (Di Pietro, Maria Zanella. **Direito Administrativo**. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 197)

Partindo-se da ideia da divisão de funções entre os três Poderes do Estado, pode-se dizer, em sentido amplo, que todo ato praticado no exercício da função administrativa é ato da Administração. Essa expressão tem sentido mais amplo que a expressão “ato administrativo”, que abrange apenas determinada categoria de atos praticados no exercício da função administrativa.

Assinale a alternativa que não se amolda ao conceito de atos da administração:

- A) As manifestações volitivas da administração, no desempenho de suas funções de Poder Público, visando a produzir algum efeito jurídico.
- B) Os atos materiais da administração, que não contêm manifestação de vontade, mas que envolvem apenas execução, como a demolição de uma casa, a apreensão de mercadoria, a realização de um serviço.
- C) **Os atos bilaterais, onde a administração pública firma ajuste ou contrato para a consecução de objetivos de interesse público, nas condições estabelecidas pela própria administração.**
- D) Os atos políticos, que estão sujeitos a regime jurídico constitucional.
- E) Os atos normativos da administração, abrangendo decretos, portarias, resoluções, regimentos, de efeitos gerais e abstratos.

### Questão 10

Contrato é todo acordo de vontades, firmado livremente pelas partes, para criar obrigações e direitos recíprocos. No que diz respeito aos contratos administrativos, assinale a alternativa verdadeira:

- A) **É sempre consensual e, em regra, formal, oneroso, comutativo e realizado *intuitu personae*.**
- B) Diferentemente do contrato privado, que é dominado por dois princípios – o da lei entre as partes (*lex inter partes*) e o da observância do pactuado (*pacta sunt servanda*) – o contrato administrativo obedece apenas ao princípio da observância do pactuado (*pacta sunt servanda*), posto que, como ato administrativo, está sujeito exclusivamente à regulação da Constituição Federal e demais normas legais aplicáveis.
- C) Não é lícita a inclusão, nos contratos administrativos, de cláusulas exorbitantes, ou seja, as que excedem do Direito Comum para consignar uma vantagem ou uma restrição à administração ou ao contratado, ainda que venha a estabelecer uma prerrogativa em favor de uma das partes para o perfeito atendimento do interesse público, que se sobrepõe aos interesses particulares.
- D) Em observância ao princípio da observância do pactuado (*pacta sunt servanda*), é inviável à administração exercer o poder de alteração e rescisão unilaterais de contrato administrativo, mesmo que tal poder esteja consignado em cláusula contratual.
- E) É lícito à administração renunciar, previamente, à faculdade de exercer o poder de modificação unilateral do contrato administrativo, com vistas ao atendimento do princípio da observância do pactuado (*pacta sunt servanda*).

### Questão 11

O controle judicial constitui, juntamente com o princípio da legalidade, um dos fundamentos em que repousa o Estado de Direito. De nada adiantaria sujeitar-se a Administração Pública à lei se seus atos não pudessem ser controlados por um órgão dotado de garantias de imparcialidade que permitam apreciar e invalidar os atos ilícitos por ela praticados. Acerca desse tema, aponte qual das alternativas a seguir encontra-se incorreta:

- A) O direito brasileiro adotou o sistema da jurisdição una, pelo qual o Poder Judiciário tem o monopólio da função jurisdicional, ou seja, do poder de apreciar, com força de coisa julgada, a lesão ou ameaça de lesão a direitos individuais e coletivos.
- B) O direito brasileiro afastou o sistema da dualidade de jurisdição em que, paralelamente ao Poder Judiciário, existem os órgãos do Contencioso Administrativo que exercem, como aquele, função jurisdicional sobre lides de que a administração pública seja parte interessada.
- C) O Poder Judiciário pode examinar os atos da administração pública, de qualquer natureza, sejam gerais ou individuais, unilaterais ou bilaterais, vinculados ou discricionários, mas sempre sob os aspectos da legalidade e da moralidade.
- D) **O controle dos atos da administração pública é feito pelo Poder Judiciário com o auxílio dos Tribunais de Contas.**
- E) Não há invasão do mérito quando o Poder Judiciário aprecia os motivos, ou seja, os fatos que precedem a elaboração do ato.

### Questão 12

Por força da Constituição Federal, art. 37, inciso XXI, a regra no Brasil é que as contratações sejam precedidas de licitação. Há, todavia, exceções a essa regra, em situações em que a licitação é dispensada (artigo 17 da Lei 8.666/93), dispensável (artigo 24 da Lei 8.666/93) ou inexigível (artigo 25 da Lei 8.666/93). Acerca de tais exceções à citada regra, assinale a alternativa incorreta:

- A) A principal distinção entre licitação dispensada e as dispensas de licitação estabelecidas no artigo 24 da Lei 8.666/93 repousa no sujeito ativo que promove a alienação, figurando no primeiro caso a Administração, no interesse de ceder parte do seu patrimônio, vender bens ou prestar serviços e, nos casos do artigo 24, a situação é oposta, estando a administração, como regra, na condição de compradora ou tomadora de serviços.
- B) No caso de licitação dispensada, não é necessário observar as formalidades do artigo 26 da Lei 8.666/93, que prevê a comunicação, no prazo de 3 (três) dias, à autoridade superior para ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de 5 dias, como condição de eficácia dos atos.
- C) Nas hipóteses de contratação sem licitação, há regra, no artigo 26, parágrafo único, inciso III da Lei 8.666/93, que obriga a autoridade responsável pela contratação direta a justificar, nos autos do processo, o preço contratado, não havendo, no Brasil, parâmetro definitivo para essa manifestação, mas seguramente o silêncio da autoridade, nesse particular, é indicativo de irregularidade.
- D) As normas dos artigos 17 e 24 da Lei 8.666/93 são permissivas: não impõem nem proíbem condutas ao administrador. Antes, permitem-lhe não realizar o procedimento licitatório se presentes as razões de interesse público neles aventadas.
- E) **Havendo vários competidores, ao agente administrativo é vedado proceder à contratação direta, sem licitação, sob pena de ofensa ao princípio da impessoalidade ou afronta à isonomia, previstos no artigo 138 da Lei 8.666/93.**

### Questão 13

Por responsabilidade entende-se, de forma genérica, o caráter que permite imputar os efeitos de qualquer ação ao seu autor, e que tem como fundamentos a liberdade e a propriedade. A responsabilidade pode ser moral ou jurídica. Toda manifestação de vontade humana traz uma responsabilidade. No que diz respeito à responsabilidade do Estado por atos lesivos, assinale a alternativa correta:

- A) Embora não seja da competência do Estado o dever de proteção dos interesses privados, a ele é imposta a obrigação da reparação do dano que, por seus agentes, venha a causar ao patrimônio particular.
- B) **Quando praticados atos lesivos, provocados por comportamento legítimo ou ilegítimo, omissivo ou comissivo, a responsabilidade pode recair apenas sobre o funcionário, apenas sobre o Estado ou, simultaneamente, sobre ambos.**
- C) O Estado tanto pode provocar dano por ação, quanto por omissão. Quando o dano ocorre por ato comissivo, através de ação lícita, legítima, embora lesiva a bem jurídico de administrado ou de servidor público, inexistente o dolo ou a culpa do agente. Nessa situação exclui-se a responsabilidade do Estado na reparação do dano, uma vez que a reparação de danos pressupõe um ato ilícito.
- D) Quando demandado judicialmente por ato comissivo e lesivo a direito de outrem, praticado por funcionário público, o Estado chamará à lide o funcionário responsável pelo ato lesivo, o qual será responsabilizado pela reparação do dano, com exclusão da responsabilidade objetiva do Estado, após a realização de sindicância administrativa.
- E) A reparação do dano, causado por funcionário público, poderá ser admitida e efetuada no âmbito da administração, sem a necessidade de apreciação pelo Poder Judiciário, se reconhecida a ilicitude do ato ou o direito em processo administrativo, houver acordo quanto ao valor, o que prescinde de dotação orçamentária própria ou autorização legislativa expressa.

### Questão 14

A Lei 8.429/1992 dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos, nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. Dentre as medidas que visam proteger ao erário público, assinale a alternativa correta:

- A) É possível o bloqueio de bens, aplicações financeiras e contas bancárias dos indiciados, excluindo-se os adquiridos anteriormente à prática do suposto ato de improbidade.
- B) **Os bens do indiciado podem ser bloqueados e tornados indisponíveis, independente de ação cautelar autônoma, limitando-se ao valor necessário ao ressarcimento dos danos ocasionados ao erário público, bem como do potencial valor de multa civil aplicável.**
- C) Eventual decretação de indisponibilidade sobre ativos financeiros pela prática de suposto ato de improbidade atinge o agente causador do dano, sendo ilegal a decretação de indisponibilidade sobre ativos de terceiro beneficiado pelo mesmo ato.
- D) O caráter de bem de família dos imóveis, afasta a possibilidade de determinação de sua indisponibilidade, frente a atos de improbidade administrativa.
- E) Falecido o agente que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente, seus sucessores não estarão sujeitos às cominações da Lei 8.429/1992, no que tange ao ressarcimento ao erário, considerando que, por princípio constitucional, a pena é pessoal e intransferível.

### Questão 15

Os princípios básicos da administração pública estão consubstanciados em regras de observância permanente e obrigatória para o bom administrador. Tratam-se de padrões que devem pautar todos os atos administrativos, constituindo os fundamentos da ação administrativa. Na forma do artigo 11 da Lei 8.429/92, vê-se que constitui “ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da administração pública, qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições”. Assinale a alternativa incorreta, acerca dos princípios básicos da administração pública:

- A) O princípio da legalidade, que configura o regime jurídico-administrativo, é um imperativo do Estado de Direito, consubstanciado no artigo 5º, II da CF, impondo a eficácia de todo ato administrativo à vontade da lei, sendo permitido, ao administrador, fazer ou deixar de fazer alguma coisa, desde que a lei não lhe proíba.
- B) O princípio da impessoalidade, referido na Constituição Federal (artigo 37, caput), nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para seu fim legal.
- C) O princípio da publicidade possui força vinculativa, delimitando como condição de validade dos atos administrativos que os mesmos sejam expressos e formais.
- D) Sempre que, em matéria administrativa, se verificar que o comportamento da administração ou do administrado que com ela se relaciona juridicamente, embora em consonância com a lei, ofende a moral, os bons costumes, as regras de boa administração, a ideia comum de honestidade, estará havendo ofensa ao princípio da moralidade administrativa.
- E) O princípio da moralidade condiciona os agentes políticos à probidade administrativa.

### Questão 16

A propriedade privada deve ter uma função social, de modo que, ou o seu proprietário a explore e a mantenha dando-lhe utilidade, concorrendo para o bem comum, ou ela não se justifica. Segundo José Afonso da Silva (SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional positivo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003. p. 283), a função social da propriedade pode manifestar-se, “conforme as hipóteses, seja como condição de exercício das faculdades atribuídas, seja como obrigação de executar determinadas faculdades de acordo com modalidades preestabelecidas”. Sobre esse tema, assinale a alternativa correta:

- A) É admissível a expropriação de bens particulares, para atendimento da supremacia do interesse público, em situação de calamidade pública, independente de indenização ao proprietário.
- B) Em se tratando de propriedade urbana, pode o Poder Público exigir, do proprietário que não esteja usando adequadamente o seu imóvel dentro das condições previstas no plano diretor, que faça seu parcelamento. Não pode, todavia, exigir que o proprietário efetue uma edificação, compulsoriamente.
- C) É vedado, ao Poder Público, traçar limitações administrativas ao uso da propriedade, referindo-se à segurança, à salubridade, à estética ou à defesa nacional.
- D) Em relação à propriedade urbana, diz-se que a mesma cumpre sua função social desde que atenda às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor.
- E) Ocupação temporária é a forma de limitação do Estado à propriedade privada, que se caracteriza pela utilização transitória, sempre remunerada, de imóvel de propriedade particular, para fins de interesse público.

## Direito Penal Comum

### Questão 17

A Lei 10.826/2003 dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Analise as alternativas abaixo e responda de acordo com a legislação referida, considerando as condutas típicas nela previstas:

- A) O certificado de Registro de Arma de Fogo, com validade em todo o território nacional, autoriza o seu proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou domicílio, ou dependência desses, ou, ainda, no seu local de trabalho, ainda que não seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou empresa.
- B) Deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar são condutas típicas do crime de porte ilegal de arma de fogo.
- C) Constitui crime de omissão de cautela a conduta do proprietário ou diretor responsável de empresa de segurança e transporte de valores que deixarem de registrar ocorrência policial e de comunicar à Polícia Federal perda, furto, roubo ou outras formas de extravio de arma de fogo, acessório ou munição que estejam sob sua guarda, nas primeiras 48 (quarenta e oito) horas depois de ocorrido o fato.
- D) O crime de disparo de arma de fogo é afiançável.
- E) O crime de porte de arma de fogo é inafiançável mesmo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente.

### Questão 18

Durante uma discussão, Setembrina atirou no chão o aparelho celular de seu companheiro Mévio. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta:

- A) Na situação hipotética, a ação penal é pública condicionada à representação
- B) Se o último dia do prazo decadencial para a apresentação da queixa crime cair em dia em que não há expediente forense, prorroga-se o prazo para o primeiro dia útil.
- C) No crime de dano qualificado por motivo egoístico e com prejuízo considerável para a vítima, a pena de multa será revertida à vítima, a título de reparação de danos.
- D) Mévio deverá proceder a ação penal mediante queixa crime.**
- E) Em todas as formas do crime de dano, a ação penal é privada.

### Questão 19

Assinale a alternativa correta quanto às disposições da Lei de Contravenção Penal:

- A) No caso de ignorância ou de errada compreensão da lei, quando escusáveis, a pena pode deixar de ser aplicada.**
- B) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.
- C) Diz-se tentada a contravenção penal quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- D) Desde que reunidas as condições legais, o juiz pode suspender, por tempo não inferior a 1 (um) ano nem superior a 2(dois) anos, a execução da pena de prisão simples, bem como conceder livramento condicional.
- E) Ocorre a contravenção penal de mendicância, na forma qualificada, quando é praticada de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento.

### Questão 20

Considerando a redação do Art. 1º do Código Penal, que prevê: Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal, assinale a alternativa que contém os princípios implícitos no referido dispositivo legal:

- A) irretroatividade da lei penal e legalidade.
- B) presunção da inocência e anterioridade.
- C) anterioridade e legalidade.**
- D) presunção da inocência e legalidade.
- E) irretroatividade da lei penal e anterioridade.

### Questão 21

A prescrição, prevista no Código Penal como uma das formas de extinção de punibilidade, é entendida como a perda da pretensão punitiva do Estado, pelo decurso do tempo. Dito isto, é correto afirmar que:

- A) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime.
- B) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr do dia em que o agente praticou a conduta, ainda que a consumação do crime tenha ocorrido posteriormente.
- C) A prescrição, após a sentença condenatória irrecorrível, começa a correr do dia em que transita em julgado a sentença condenatória para o acusado, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional.
- D) No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo total da pena.
- E) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada.**

### Questão 22

O Código Penal Brasileiro prevê diversas formas de extinção da punibilidade, que é a perda do direito do Estado, da pretensão executória da pena. De acordo com as hipóteses previstas no Código Penal, assinale aquela que corresponde à causa de extinção de punibilidade:

- A) abolitio criminis.**
- B) a reparação civil do dano, nas ações penais privadas, públicas e públicas condicionadas à representação extingue a punibilidade.
- C) o cumprimento integral da pena no estrangeiro extingue a punibilidade.
- D) a reabilitação criminal.
- E) a morte do ofendido, nos crimes de ação penal privada.

### Questão 23

Em relação aos crimes contra a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- A) Configura o crime de peculato, apropriar-se o funcionário público ou particular, de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel público de que tem a posse, em proveito próprio ou alheio.
- B) Configura o crime de corrupção passiva o sujeito que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- C) Configura o crime de concussão a conduta de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida em razão da função, ainda que fora dela, ou antes de assumi-la.**
- D) No crime de corrupção passiva, a pena é aumentada da metade se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou pratica infringindo dever funcional.
- E) O crime de facilitação de contrabando ou descaminho é crime comum, podendo ser praticado tanto pelo funcionário público, quanto pelo particular.

### Questão 24

Assinale a alternativa correta em relação às disposições da Lei de Execução Penal:

- A) A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá exclusivamente o atendimento médico e farmacêutico.
- B) Considera-se egresso, nos termos da Lei de Execução Penal, o liberado definitivo, pelo prazo de 2 (dois) anos a contar da saída do estabelecimento penal.
- C) A direção do estabelecimento prisional, mediante decisão fundamentada, poderá incluir o preso no regime disciplinar diferenciado.
- D) A autoridade administrativa poderá decretar o isolamento preventivo do faltoso pelo prazo de até 15 (quinze) dias.
- E) O produto da remuneração do trabalho do preso deverá atender ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada.**

## Direito Penal Militar

### Questão 25

A teoria geral do crime militar, diferentemente do que ocorre na esfera comum, não exige apenas a subsunção do fato ao tipo descrito no tipo penal, decorrendo a sua caracterização de complementos inseridas nos dispositivos gerais Decreto Nº 1.001/69 (Código Penal Militar), sobretudo aqueles constantes do Art. 9º. De acordo com o texto, assinale a alternativa que contém os crimes previstos exclusivamente no Código Penal Militar:

- A) Resistência, Insubmissão e Abandono de posto.
- B) Revelação de notícia, Informação ou documento; Insubmissão e Deserção.**
- C) Promoção ou facilitação da fuga de preso, Insubmissão e Amotinamento.
- D) Amotinamento, Insubmissão e Abandono de posto.
- E) Arrebatamento de preso, Insubmissão e Resistência.

### Questão 26

Entende-se por penas acessórias aquelas que representam uma punição extrapenal, que são imputadas ao condenado, por previsão legal. Assinale a alternativa correta em relação às penas acessórias no Direito Penal Militar:

- A) Fica sujeito à declaração de incompatibilidade com o oficialato o militar condenado nos crimes de Entendimento para empenhar o Brasil à neutralidade ou à guerra e Provocação a país estrangeiro.
- B) Na declaração de indignidade ao oficialato o pressuposto de aplicação está vinculado à quantidade da pena aplicada em concreto.
- C) A perda de posto e patente resulta da condenação a pena privativa de liberdade por tempo superior a dois anos, e importa a perda das condecorações.**
- D) A exclusão das forças armadas, penalidade acessória imposta às praças, será efetivada desde que a pena em concreto transitada em julgado seja superior a 2 (dois) anos, se o tipo legal assim o prever.
- E) O termo inicial do prazo da inabilitação para o exercício da função pública tem início com o trânsito em julgado da decisão que determinou a pena privativa de liberdade ou da medida de segurança imposta em substituição.

### Questão 27

Assinale a alternativa que contém as causas extintivas da punibilidade, de acordo com o Código Penal Militar:

- A) morte do agente e ressarcimento do dano nos crimes contra o patrimônio.
- B) graça e perdão judicial.
- C) Concessão de retroatividade.
- D) morte do agente e reabilitação.**
- E) graça, indulto e anistia.

### Questão 28

Em relação à aplicação da lei penal militar, assinale a alternativa correta:

- A) Os militares estrangeiros, quando em comissão ou estágio nas forças armadas, ficam sujeitos à lei penal militar brasileira, ressalvado o disposto em tratados ou convenções internacionais.
- B) Ninguém poderá ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando, em virtude dela, a própria vigência de sentença condenatória irrecorrível, inclusive os efeitos de natureza civil.
- C) Aos crimes praticados a bordo de aeronaves ou navios estrangeiros, ainda que em lugares sujeitos à administração militar e o crime atente contra as instituições militares, não se aplica a lei penal militar.
- D) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que seja outro o momento da ação ou da omissão.
- E) Para o efeito da aplicação penal, o militar da reserva ou reformado, empregado na administração militar, não se equipara ao militar em situação de atividade.

### Questão 29

O Código Penal Militar prevê como crime de genocídio, cuja conduta típica é “matar membros de um grupo nacional, étnico, religioso ou pertencente a uma determinada raça, com o fim de destituição total ou parcial desse grupo”. Referido crime é apenado com reclusão, de quinze a trinta anos. Assinale a alternativa que NÃO CORRESPONDE aos casos assimilados previstos no Código Penal Militar:

- A) impõe medidas para impedir nascimentos no seio do grupo.
- B) força o grupo à sua dispersão.
- C) efetua, mediante coação, a transferência de crianças de um grupo para outro.
- D) submete o grupo a condições físicas ou morais, capazes de eliminar todos os membros do grupo, ou parte dele.
- E) atentados contra o direito ao uso da própria língua; destruição de monumentos e instituições de arte, história ou ciência.

### Questão 30

Prescrição é a perda da pretensão punitiva do Estado, pelo decurso do tempo, podendo ser computada pela pena em abstrato ou pela pena em concreto. Considerando a assertiva, assinale a opção correta, no que se refere à prescrição:

- A) No curso da ação penal, a prescrição é interrompida pela instauração do processo, pela prática de outro crime da mesma natureza, pelo acusado ou, pela sentença condenatória irrecorrível.
- B) A prescrição da ação penal não ocorre enquanto não resolvida, em outro processo, questão que dependa do conhecimento da existência do crime.
- C) Em se tratando de crime continuado, a prescrição refere-se à pena unificada.
- D) A prescrição da ação penal não ocorre enquanto não resolvida, em outro processo, questão que dependa do conhecimento da autoria do crime.
- E) A medida de segurança que substitui a pena privativa de liberdade é regulada pelo tempo fixado na sentença, e tem seu prazo aumentado de um sexto se o condenado é criminoso habitual ou por tendência.

### Questão 31

O artigo 5º da Constituição Federal prevê, em seu inciso XLVII que não haverá pena de morte, salvo em caso de guerra, declarada pelo Presidente da República. De acordo com o texto, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Código Penal Militar prevê o prazo prescricional de vinte e cinco anos para a pena de morte.
- B) A sentença condenatória definitiva da condenação de morte não transita em julgado antes da comunicação ao Presidente da República, que poderá conceder indulto ou anistia.
- C) A execução da pena de morte dar-se-á por enforcamento ou fuzilamento.
- D) Aplicar-se-á a pena de morte a qualquer crime militar, quando for adequada ao grau de reprovabilidade do crime.
- E) Tendo transitado em julgado a sentença de condenação à morte, será comunicada ao Presidente da República, e poderá ser executada imediatamente em zona de operações de guerra, quando o interesse da ordem e da disciplina militar assim o exigir.

### Questão 32

Assinale o que corresponde à alternativa correta, de acordo com os Crimes contra a Administração Militar:

- A) O ressarcimento do dano no peculato culposo, antes da sentença, constitui causa extintiva de punibilidade.
- B) A conduta de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura o crime de corrupção ativa.
- C) No crime de peculato doloso e peculato furto, a pena é reduzida pela metade se o ressarcimento do dano ocorre antes da sentença.
- D) No crime de concussão, a pena é diminuída se a infração de ato funcional se deu sob influência ou pedido de superior hierárquico.
- E) Expor a perigo, viatura ou qualquer outro meio de transporte militar, que tenha sob guarda, proteção ou requisição militar emanada de ordem legal, impedir-lhe ou dificultar-lhe o funcionamento, configura crime contra a Administração Militar.

## Direito Processual Penal Comum

### Questão 33

O inquérito policial é um conjunto de atos investigatórios realizados pela polícia judiciária, com o objetivo de investigar infrações penais e colher elementos necessários para a propositura da ação penal. Acerca do inquérito policial, é correto afirmar que:

- A) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 60 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.
- B) Apenas nos crimes de ação penal privada ou pública condicionada à representação, o inquérito policial dar-se-á a requerimento do ofendido.
- C) Durante a tramitação do inquérito policial, a incomunicabilidade do indiciado pode ser determinada de ofício pelo juiz, ou a requerimento da autoridade policial, quando houver indícios de coação de testemunhas e destruição das provas.
- D) **Nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.**
- E) Findas as investigações e, verificando-se que os fatos apurados não constituem infração penal, a autoridade policial poderá requerer o arquivamento do inquérito.

### Questão 34

Provas são todos os elementos através dos quais se busca mostrar a existência, materialidade e autoria de um fato. São elementos de prova todos os fatos que possam fundar a convicção do juiz. Em relação à produção de provas no processo penal, pode-se afirmar que:

- A) A confissão do acusado no inquérito policial dispensa a realização de exame de corpo de delito.
- B) **A prova testemunhal poderá suprir a falta do exame de corpo do delito, quando não for mais possível realiza-lo, em face do desaparecimento dos vestígios.**
- C) É imprescindível que os laudos periciais sejam ilustrados com provas fotográficas ou microfotográficas, sob pena de nulidade.
- D) O magistrado poderá julgar com base nas provas produzidas no inquérito policial, se entender que estas são suficientes para a elucidação dos fatos.
- E) O depoimento da testemunha será prestado oralmente e não será permitido trazê-lo por escrito ou fazer breve consulta a apontamentos.

### Questão 35

A ação penal é o direito público subjetivo de requerer ao Estado a aplicação do direito penal objetivo a um determinado caso concreto. As ações penais são classificadas em função da qualidade do sujeito que detém a titularidade do bem jurídico tutelado. Em relação à ação penal, assinale a alternativa correta:

- A) Nos casos em que se procede mediante queixa, considera perempta a ação penal quando, falecendo o querelante, ou sobrevindo sua incapacidade, não comparecer em juízo para prosseguir no processo, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, qualquer pessoa a quem couber fazê-lo.
- B) No caso de morte do acusado, o juiz, tendo vista da certidão de óbito, declarará extinta a punibilidade independente da manifestação do Ministério Público.
- C) **A ação pública será promovida pelo Ministério Público, mas dependerá de requisição do Ministro da Justiça, nas ocasiões em que a lei assim exigir.**
- D) A decisão que julgar extinta a punibilidade obsta a propositura da ação civil.
- E) Quando o titular do direito à reparação do dano não puder arcar com as custas processuais sem o prejuízo do sustento próprio e de sua família, a ação civil será promovida, a seu requerimento, pelo defensor público ou dativo.

### Questão 36

Em relação à prisão, disciplinada pelo Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

- A) Quando do cumprimento do mandado de prisão, se o preso não souber ou não puder escrever, ou ainda, se recusar a assinar, o executor certificará o ocorrido.
- B) Se o réu, sendo perseguido, passar ao território de outro município ou comarca, o executor deverá comunicar a autoridade da jurisdição para que proceda à execução do mandado de prisão.
- C) Caso o executor do mandado de prisão verificar que o réu se encontra no interior de alguma residência, poderá, a qualquer tempo, proceder ao arrombamento da residência, independentemente da presença de testemunhas.
- D) **Os ministros de confissão religiosa serão recolhidos à prisão especial.**
- E) Serão recolhidos à prisão especial, aqueles que tiverem funcionado como jurado, ainda que tenha sido excluído da lista por motivo de incapacidade para o exercício daquela função.

### Questão 37

Sentença é o ato através do qual o magistrado profere uma decisão de mérito com a finalidade de resolução da lide. Em relação à sentença:

- A) O juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, não poderá atribuir-lhe definição jurídica diversa se, em consequência disso, tenha de aplicar pena mais grave ao acusado.
- B) O juiz, ao proferir a sentença condenatória, determinará se a sentença deverá ser publicada na íntegra ou em resumo e designará o jornal em que será feita a publicação.
- C) Nos crimes de ação pública, o juiz não poderá reconhecer agravantes, se estas não tenham sido alegada pelo Ministério Público.
- D) Ocorre *mutatio libelli* quando o juiz, sem modificar a descrição do fato contida na denúncia ou queixa, atribuir definição jurídica diversa.
- E) Ocorre *emendatio libelli* quando, após encerrada a instrução, entender ser cabível nova definição jurídica do fato.

### Questão 38

Assinale a alternativa em que não é cabível o recurso em sentido estrito:

- A) Da decisão que impronunciar o réu.
- B) Da decisão que conceder ou negar a ordem de habeas corpus.
- C) Da decisão que incluir ou excluir jurado na lista geral.
- D) Da decisão que decretar a extinção da punibilidade.
- E) Da decisão que julgar procedentes as exceções, salvo a de suspeição.

### Questão 39

O habeas corpus é ação constitucional de natureza assecuratória, que tem como finalidade coibir qualquer ilegalidade ou abuso de poder que tolha o direito de locomoção do indivíduo. Assinale a alternativa INCORRETA em relação a este remédio constitucional:

- A) A manutenção da coação é ilegal quando tenha cessado os motivos que a autorizou.
- B) Não é cabível habeas corpus contra prisão administrativa dos responsáveis por dinheiro ou valor pertencente à fazenda pública, salvo se o pedido for acompanhado de prova de quitação ou depósito.
- C) Os juízes ou tribunais têm competência para conceder habeas corpus, de ofício, no curso do processo.
- D) É cabível habeas corpus contra prisão administrativa dos responsáveis por dinheiro ou valor pertencente à fazenda pública quando a prisão tiver ultrapassado o prazo legal.
- E) É cabível a impetração de habeas corpus quando a prisão foi decretada por juízo absolutamente incompetente, devendo, para tanto, ser comprovada a interposição de exceção de incompetência.

### Questão 40

Assinale a alternativa INCORRETA em relação ao procedimento do Tribunal do Júri:

- A) O Código de Processo Penal dispõe que, caso o magistrado não tenha se convencido da materialidade do fato ou da existência de indícios de autoria ou participação, impronunciará o acusado, mediante decisão fundamentada. A impronúncia põe termo ao processo e impedirá a formulação de nova denúncia ou queixa.
- B) Havendo indícios de autoria ou participação de outras pessoas não incluídas na acusação, o juiz, ao pronunciar ou impronunciar o acusado, determinará o retorno dos autos ao Ministério Público para o aditamento da denúncia, ou formulação de nova denúncia contra os corréus, se for conveniente a separação dos processos.
- C) A intimação da sentença de pronúncia do defensor constituído do acusado, do querelante e do assistente de acusação será feita através de publicação no diário da justiça.
- D) Havendo interesse da ordem pública ou dúvida sobre a imparcialidade do juiz ou da segurança pessoal do acusado, pelo Tribunal poderá ser determinado o desaforamento, cujo pedido poderá ser formulado pelo Ministério Público, assistente do querelante ou acusado, ou ainda, mediante representação do juiz.
- E) Poderá ser determinado o desaforamento por excesso de serviço, devidamente comprovado, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 6 (seis) meses, a partir do trânsito em julgado da sentença de pronúncia.

## Direito Processual Penal Militar

### Questão 41

Em relação à aplicação da lei processual penal militar, assinale a alternativa correta:

- A) Nos casos concretos em que houver divergência entre convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário e o Código de Processo Penal Militar, este prevalecerá sobre aquelas.
- B) Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar serão supridos pelo Código de Processo Penal, em quaisquer circunstâncias.
- C) O Código de Processo Penal Militar é aplicável, subsidiariamente, aos processos regulados em leis especiais.
- D) O Código de Processo Penal Militar admite a interpretação extensiva, ainda que em desfavor do acusado.
- E) Ocorrendo crime que atente à segurança nacional ou às instituições militares, fora do território nacional, prevalecerão os tratados e convenções de que o Brasil seja signatário.

#### Questão 42

A polícia judiciária militar é exercida pelas seguintes autoridades, conforme as respectivas jurisdições:

- A) Pelo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas que esteja, transitória ou permanentemente, em país estrangeiro desempenhando missão oficial.
- B) Pelos comandantes de Exército.
- C) Pelos diretores e chefes de órgãos, repartições, estabelecimentos ou serviços previstos nas leis de organização básica da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.**
- D) Pelos diretores e chefes de órgãos, repartições, estabelecimentos ou serviços previstos nas leis de organização básica da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, nos órgãos e unidades dos respectivos territórios.
- E) Pelo Procurador Geral e Colégio de Procuradores, nos órgãos e unidades dos respectivos territórios.

#### Questão 43

O Código de Processo Penal Militar prevê que o inquérito policial militar é a apuração sumária de fato, que, nos termos legais, configure crime militar, e de sua autoria; tem o caráter de instrução provisória, cuja finalidade precípua é a de ministrar elementos necessários à propositura da ação penal. Assinale a alternativa que NÃO CORRESPONDE às disposições do Código de Processo Penal Militar:

- A) O inquérito policial militar é instaurado mediante portaria a requerimento do Ministro da Justiça, quando for vítima o Presidente da República ou a União.
- B) O inquérito é sigiloso, não podendo o advogado do indiciado dele tomar conhecimento, antes da sua conclusão.
- C) Com exceção de caso de urgência inadiável, as testemunhas e o indiciado serão ouvidos durante o dia, no período compreendido entre as 08:00 e as 18:00 horas.
- D) Sempre que possível, encarregar-se-á do inquérito, oficial de posto não inferior ao de capitão ou capitão tenente e, em se tratando de infração penal contra a segurança nacional, sê-lo-á, sempre que possível, oficial superior, atendida, em cada caso, a sua hierarquia, se oficial o indiciado.**
- E) É prescindível que conste da respectiva assentada, os casos de urgência inadiável que permita a oitiva das testemunhas e indiciado em horário excepcional.

#### Questão 44

Em relação à ação penal militar, assinale a alternativa correta:

- A) A ação penal é pública e pública condicionada à representação e pode ser promovida por denúncia do Ministério Público Militar, ou mediante queixa, pela autoridade policial militar.
- B) Nos crimes de Hostilidade contra país estrangeiro, Provocação a país estrangeiro, Ato de jurisdição indevida, Violação de território estrangeiro, Entendimento para empenhar o Brasil à neutralidade ou à guerra e Entendimento para gerar conflito ou divergência com o Brasil, quando o agente for militar ou assemelhado, depende de requisição, que será feita ao procurador-geral da Justiça Militar, pelo Ministério a que o agente estiver subordinado; no caso do art. 141 do mesmo Código, quando o agente for civil e não houver co-autor militar, a requisição será do Ministério da Justiça.**
- C) Depois de apresentada a denúncia, o Ministério Público poderá desistir da ação, se esta for pública condicionada à representação.
- D) Havendo provocação da iniciativa do Ministério Público por quem esteja no exercício do direito de representação e, indicando elementos de convicção, sejam consideradas procedentes, o próprio representante do Parquet poderá executar as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos.
- E) Nos crimes previstos nos arts. 136 a 141 do Código Penal Militar, a autoridade encarregada do inquérito policial militar dará conhecimento ao procurador-geral da Justiça Militar, dos fatos apurados que tenham relação com qualquer dos crimes referidos neste artigo.

#### Questão 45

No Direito Processual Penal Militar, entende-se por competência, a limitação do poder jurisdicional. Assinale a alternativa que contém a assertiva correta em relação à competência:

- A) A competência firmar-se-á por prevenção, sempre que, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com competência cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo ou de medida a este relativa, ainda que anterior ao oferecimento da denúncia.**
- B) A competência será determinada pelo lugar onde se deu o resultado, ainda que tenha sido em outro, o lugar onde se praticou o último ato de execução.
- C) A competência do foro militar será determinada, de modo geral, pela sede do lugar de serviço.
- D) Se não for conhecido o lugar da infração, a competência regular-se-á pela residência ou domicílio do ofendido.
- E) Não ocorrerá a competência pela prevenção quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições.

#### Questão 46

Denúncia é a peça inaugural da ação penal pública, e consiste na exposição dos fatos que, em tese, constituem o ilícito penal. Além da exposição dos fatos, deve conter na denúncia, exceto:

- A) a exata especificação do valor do prejuízo, quando se tratar de crime contra a Administração Militar.
- B) as razões de convicção ou presunção da delinquência.
- C) a classificação do crime.
- D) o tempo e o lugar do crime.
- E) o rol das testemunhas, em número não superior a seis.

#### Questão 47

A inobservância de exigências legais, bem como falhas na tramitação do processo são nulidades, e têm o condão de invalidar o ato processual ou todo o processo. De acordo com o Código Penal Militar, assinale a alternativa correta em relação às nulidades:

- A) Será declarada a nulidade de ato processual, ainda que não houver influído na apuração da verdade substancial ou na decisão da causa.
- B) As nulidades poderão ser arguidas a qualquer tempo, pois tratam de matéria de ordem pública.
- C) A nulidade de um ato, uma vez declarada, não envolverá a dos atos subsequentes, se estes forem válidos, por força do princípio da economia processual.
- D) A incompetência do juízo anula todos os atos processuais, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao juiz competente.
- E) A sentença proferida pelo Conselho de Justiça com juiz irregularmente investido, impedido ou suspeito, não anula o processo, salvo se a maioria se constituir com o seu voto.

#### Questão 48

Sobre os recursos previstos no Código de Processo Penal Militar, assinale a alternativa correta:

- A) Das decisões do Conselho de Justiça ou do auditor poderão as partes interpor recurso de apelação, recurso em sentido estrito e embargos de declaração.
- B) Se reformada a decisão recorrida, poderá a parte prejudicada, por simples petição, recorrer da nova decisão, quando, por sua natureza, dela caiba recurso. Neste caso, os autos subirão imediatamente à instância superior, assinado o termo de recurso independentemente de novas razões.
- C) Em qualquer hipótese, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
- D) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, não aproveitará aos outros.
- E) Da decisão que não receber a apelação, caberá agravo, no prazo de 5 (cinco) dias, que será recebido com efeito suspensivo.

### Direito Civil

#### Questão 49

Em relação à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, o Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, é correto afirmar:

- A) A lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitando-se o ato jurídico perfeito, aquele já consumado no tempo segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou, o direito adquirido, aquele que já se integrou ao patrimônio e à personalidade de seu titular, podendo ser exercido a qualquer momento e a *coisa julgada*, que pode ser definida como decisão judicial já apreciada por segundo grau de jurisdição.
- B) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país sessenta dias após oficialmente publicada. Desta forma, a Lei pode, em certos casos desde que expressamente conste em seu texto, entrar em vigor na data de sua publicação.
- C) A Repristinação, ou seja, o restabelecimento da eficácia de lei anteriormente revogada, por ter a lei revogadora perdido sua eficácia, pode acontecer, desde que expressamente seja determinado o restabelecimento da vigência da primeira lei, sendo, então, não-automática.
- D) Correções a texto de lei em vigor não são considerados lei nova.
- E) O prazo para começar a vigorar uma lei editada no Brasil, a fim de surtir efeitos no estrangeiro é de 90 (noventa) dias.

### Questão 50

Acerca dos Direitos da Personalidade elencados no Código Civil Brasileiro, preleciona Miguel Reale:

*“[...] A pessoa, como costume dizer, é o valor-fonte de todos os valores, sendo o principal fundamento do ordenamento jurídico; os direitos da personalidade correspondem às pessoas humanas em cada sistema básico de sua situação e atividades sociais [...]”.*

Sobre este tema, é incorreto afirmar:

- A) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- B) **A menoridade cessa aos dezoito anos completos, ficando a pessoa habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Porém, a incapacidade cessará para os menores, entre outras disposições, pelo casamento, pela aprovação em concurso público e pela colação de grau em curso de ensino superior.**
- C) Não se pode utilizar o nome alheio em propaganda comercial, sem que seja autorizado para tanto. Igual proibição acontece no caso em que tal publicidade, sem autorização, revele qualidades inerentes a determinada pessoa, sendo capaz de identificá-la.
- D) É válida a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, com objetivo científico ou altruístico, para depois da morte, sendo que tal decisão, acaso tomada, poderá ser livremente revogada.
- E) O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória, sendo civilmente responsáveis o autor da publicação e o proprietário do veículo de divulgação.

### Questão 51

Sobre a ausência e as sucessões provisória e definitiva na ausência, estas disciplinadas pela Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002, assinale a alternativa correta:

- A) Decorrido um ano da arrecadação dos bens do ausente, ou, se ele deixou representante ou procurador, em se passando quatro anos, poderão os interessados requerer que se declare a ausência e se abra provisoriamente a sucessão.
- B) Pode-se requerer a sucessão definitiva, desde que provado que o ausente conta setenta e cinco anos de idade, e que de cinco anos datem as últimas notícias dele.
- C) Acerca do curador na ausência, se não houver cônjuge, ascendentes ou descendentes, compete ao Ministério Público a escolha do curador.
- D) Dez anos depois de passada em julgado a sentença que concede a abertura da sucessão provisória, poderão os interessados requerer a sucessão definitiva e o levantamento das cauções prestadas.
- E) **É preferencialmente do cônjuge do ausente o encargo de curador, desde que não esteja separado judicialmente, ou de fato por mais de dois anos, sendo que a sentença que determinar a sucessão provisória só produzirá efeito 180 (cento e oitenta dias) após sua publicação.**

### Questão 52

Acerca dos bens móveis e imóveis, considerados no Código Civil de 2002, assinale a alternativa que não se amolda à realidade:

- A) Materiais destinados a alguma construção, enquanto não empregados, conservam qualidade de bens móveis, e readquirem essa qualidade aqueles provenientes da demolição de algum prédio.
- B) Todos os bens que não forem de domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de Direito público interno, seja qual for a pessoa a que pertencerem, são bens particulares.
- C) Pelo princípio da gravitação jurídica, a propriedade dos bens acessórios segue a do bem principal, a não ser que haja disposição em contrário pela lei ou até pela vontade das partes.
- D) **Perdem o caráter de imóvel as edificações que, separadas do solo, mesmo que conservando sua unidade, forem removidas para outro local.**
- E) Materiais que, provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem, não perdem o caráter de bens imóveis.

### Questão 53

Acerca dos atos ilícitos dispostos no Código Civil, assinale a alternativa incorreta:

- A) Não constitui ato ilícito o ato de destruir o vidro de um veículo alheio, de alto valor comercial, a fim de removê-lo de local de onde esteja ocorrendo um incêndio.
- B) Para o legislador civilista o abuso de direito é um ilícito caracterizado pelo desvio de sua finalidade social e econômica ou contrário à boa-fé e aos bons costumes.
- C) **Comete ato ilícito um motorista de ambulância, dirigindo em situação de emergência, com a sirene ligada, ultrapassa semáforo fechado (sinal vermelho).**
- D) O incapaz, em regra, não responde pelos prejuízos que causar, exceto se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de fazê-lo ou não dispuserem de meios suficientes para ressarcimento do dano.
- E) Se praticado em legítima defesa ou no exercício de direito reconhecido, o ato não constituirá ato ilícito, exceto se praticado com abuso de direito.

#### Questão 54

Negócio jurídico é uma relação formada dentro dos limites do ordenamento jurídico, por duas ou mais vontades, em que os atos praticados nesta relação visam em adquirir, modificar ou extinguir direitos e obrigações. Acerca dos defeitos do negócio jurídico, indique a opção correta:

- A) Em um negócio jurídico, se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma delas poderá alegar tal dolo para anular o negócio ou reclamar indenização.
- B) São nulos os negócios jurídicos, quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, em face das circunstâncias do negócio.
- C) O estado de perigo é configurado quando alguém, premido da necessidade de salvar-se, ou de pessoa de sua família, sendo apenas estas as pessoas abarcadas por este defeito do negócio jurídico, assume obrigação excessivamente onerosa.
- D) Pode ser considerado, em alguns casos, temor reverencial como coação, anulando o negócio jurídico.
- E) O erro prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la, ainda que na conformidade da vontade real do manifestante.

#### Legislação Institucional

#### Questão 55

Em relação à habilitação para conduzir veículos automotores, prevista no Código de Trânsito Brasileiro (CTB), é possível afirmar:

- A) O processo de habilitação, as normas relativas à aprendizagem para conduzir veículos automotores e elétricos e à autorização para conduzir ciclomotores serão regulamentados pelo CETRAN (Conselho Estadual de Trânsito) e pelo CONTRANDIFE (Conselho de Trânsito do Distrito Federal).
- B) São requisitos para a habilitação, saber ler e escrever, possuir Carteira de Identidade ou equivalente e ser penalmente imputável.
- C) A habilitação para as categorias D e E para conduzir veículo de transporte coletivo de passageiros tem como requisito, entre outros, a idade mínima de 25 (vinte e cinco) anos de idade completos.
- D) No processo de exames de habilitação, a Carteira Nacional de Habilitação será conferida ao condutor ao término de 01 ano da Permissão para Dirigir, mesmo que cometa infração de natureza grave, sem necessidade de reinício de todo o processo de habilitação.
- E) Tripulantes de aeronaves que apresentarem o cartão de saúde expedido pelas Forças Armadas ou pelo Departamento de Aeronáutica Civil não poderão ser dispensados da prestação do exame de aptidão física e mental.

#### Questão 56

O Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina tem por finalidade especificar e classificar as transgressões disciplinares, estabelecer normas relativas a amplitude e a aplicação das punições disciplinares, a classificação do comportamento policial-militar das praças e a interposição de recursos contra a aplicação das punições, conforme dita o art. 1º do Decreto Estadual nº 12.112, de 16 de setembro de 1980. Acerca deste, assinale a alternativa correta:

- A) As punições disciplinares de prisão e detenção são antes do licenciamento e da exclusão as mais graves punições pelas transgressões à legislação que trata a presente questão. Com relação a estas, a punição disciplinar prisão ou detenção não podem ultrapassar um mês.
- B) A repreensão é a forma mais branda de punir. Consiste numa admoestação feita verbalmente ao transgressor, podendo ser em caráter particular ou ostensivamente. A advertência, por sua vez, é uma censura enérgica ao transgressor, publicada em boletim e que não priva o punido da liberdade.
- C) Os limites da punição ao transgressor têm relação de proporcionalidade com a transgressão, sendo que a transgressão média pode ser punida desde advertência até 10 dias de detenção.
- D) É direito do policial militar julgado interpor recursos. Entre estes, há o pedido de reconsideração de ato, a queixa, a representação e a apelação.
- E) Em caso de ocorrência disciplinar envolvendo apenas uma OPM (sigla que designa Organizações Policiais Militares), o Policial Militar que tiver conhecimento de fato contrário à disciplina deverá comunicar imediatamente ao seu chefe imediato, por escrito ou verbalmente. Se o fizer verbalmente, terá o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para confirmar a participação, por escrito.

#### Questão 57

Em relação à Lei Estadual nº 6.218/83, o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, em seu capítulo destinado à Hierarquia, mais especificamente sobre os círculos hierárquicos, assinale a alternativa correta:

- A) Posto é o grau hierárquico do Oficial, conferido pelo ato do Presidente da república e confirmado em Carta Patente.
- B) O aspirante-oficial PM e o aluno-oficial PM são denominados praças especiais.
- C) Graduação é o grau hierárquico da praça, conferido pelo Governador do Estado.
- D) Sempre que o policial-militar da reserva remunerada ou reformado fizer uso do posto ou graduação, deverá fazê-lo sem mencionar esta situação.
- E) Graduação é o grau hierárquico da praça, conferido pelo Presidente da República.

### Questão 58

Acerca da Violação das Obrigações e dos deveres que trata a Lei Estadual nº 6.218/83, o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, assinale a alternativa falsa:

- A) A violação dos preceitos da ética policial-militar é igualmente grave em relação ao grau hierárquico de quem a cometer.
- B) O policial militar que, por sua atuação, se tornar incompatível com o cargo ou demonstrar incapacidade no exercício das funções policiais-militares a ele inerentes, será afastado do cargo.
- C) O Oficial, presumivelmente incapaz de permanecer como policial militar da ativa será submetido a Conselho de Justificação, na forma da legislação peculiar.
- D) O Aspirante-a-Oficial PM, bem como as praças com estabilidade assegurada, presumivelmente incapazes de permanecerem com policiais-militares da ativa, serão submetidos a Conselho de Disciplina, na forma da legislação peculiar.
- E) Os policiais militares, nos crimes militares definidos em Lei, serão processados e julgados pela Justiça Militar Estadual, constituída em primeira instância pelos conselhos de Justiça e, em segunda, pelo próprio Tribunal de Justiça do Estado.

### Questão 59

A Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2006, é relativa às promoções das praças da Polícia Militar. Com relação à Lei, assinale a alternativa incorreta:

- A) Para ingresso nas Instituições Militares do Estado, na graduação de Soldado, o candidato deverá estar em dia com as obrigações militares e demais disposições a respeito do serviço militar obrigatório.
- B) O Subtenente, integrante do Quadro de Servidores Militares do Estado, após completar 6 (seis) anos de permanência na graduação e contar, no mínimo, com 30 (trinta) anos de serviço, será transferido para a inatividade *ex officio*, a contar da primeira data vencível de promoções de Praças, garantidos todos os direitos e vantagens previstos em lei.
- C) O Aluno-Cabo e o Aluno-Sargento reprovados pela terceira vez pelo critério de aferição intelectual exigido pelas normas de ensino, nas respectivas corporações, somente terá direito a concorrer à matrícula após decorridos três anos de encerramento do último curso que o reprovou, retornando à sua condição anterior.
- D) A promoção a 1º Sargento, 2º Sargento e Subtenente somente poderá ser processada se satisfizer, entre outros requisitos, estar classificado pelo menos no comportamento bom e ter sido submetido à inspeção de saúde.
- E) A promoção por antiguidade ou merecimento, em cada grau hierárquico, compete às praças que tenham atingido os primeiros lugares na relação de acesso respectivo, dentro do quantitativo de vagas.

### Questão 60

O Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal, traz em seu texto disposições acerca dos Militares a nível Estadual. É correto afirmar:

- A) Ao pessoal das Polícias Militares, em serviço ativo, salvo exceções, é vedado fazer parte de firmas comerciais de empresas de qualquer natureza ou nelas exercer função ou emprego remunerados.
- B) É permitido, a elementos das Polícias Militares o comparecimento não fardado, fora de serviço, em manifestações de caráter político-partidário.
- C) Os direitos, vencimentos, vantagens e regalias do pessoal, em serviço ativo ou na inatividade, das Polícias Militares constarão de legislação especial de cada Unidade da Federação, sendo permitidas condições superiores às que, por lei ou regulamento, forem atribuídas ao pessoal das Forças Armadas, sem exceções.
- D) O foro penal comum é competente para processar e julgar o pessoal das Polícias Militares nos crimes definidos em lei como militares.
- E) É expressamente proibido a elementos das Polícias Militares, mesmo não fardado, presença em manifestações de caráter político-partidário.

### Questão 61

Em relação aos requisitos para ingresso nas instituições Militares de Santa Catarina, regulado pela Lei Complementar nº 587, de 14 de Janeiro de 2013, escolha a alternativa correta:

- A) É requisito para ingresso nas carreiras das instituições militares como requisito mínimo para o Curso de Formação de Oficiais do quadro de Oficiais Policiais Militares curso superior de graduação em qualquer área de conhecimento reconhecido pelo MEC ou por órgão oficial com competência delegada.
- B) É requisito para ingresso nas carreiras das instituições possuir, para candidatas do sexo feminino, altura não inferior a 1,65m (um metro e sessenta e cinco centímetros, além de possuir peso proporcional à altura, por meio do índice de massa corporal.
- C) Para ingresso nos Quadros de Oficiais de Saúde (QOS) e de Oficiais Capelães, o candidato não poderá ter completado a idade máxima de 30 (trinta) anos até o último dia de inscrição no concurso público.
- D) É requisito para ingresso nas carreiras das instituições militares ter nacionalidade brasileira, e apresentar declaração em que conste se sofreu ou não, no exercício de função pública alguma penalidade administrativa.
- E) Para o Curso de Formação de Oficiais do Quadro de Oficiais Bombeiros Militares, é requisito, como limite mínimo de escolaridade, o Bacharelado em Direito.

### Questão 62

O Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, é o regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros militares. Em conformidade com o Decreto, assinale a alternativa que se amolda à realidade:

- A) Os direitos, remuneração, prerrogativas e deveres do pessoal das Polícias Militares, em serviço ativo ou na inatividade, constarão de legislação federal única para todas as unidades da federação.
- B) O ensino e a instrução serão orientados, coordenados e controlados pelo Presidente da República, mediante a elaboração de diretrizes e outros documentos normativos.
- C) Não são considerados no exercício de função policial-militar os instrutores ou alunos da Escola Nacional de Informações e da Academia Nacional de Polícia da Polícia Federal.
- D) **Sempre que não colidir com as normas em vigor nas unidades da Federação, é aplicável às Polícias Militares o estatuído pelo Regulamento de Administração do Exército, bem como toda a sistemática de controle de material adotada pelo Exército.**
- E) Para ingresso nos quadros de Oficiais de Administração ou de Oficiais Especialistas, concorrerão os Subtenentes e 1º Sargentos, atendido, entre outros, o requisito básico mínimo de possuir curso superior de graduação em qualquer área de conhecimento reconhecido pelo MEC ou por órgão oficial com competência delegada.

### Língua Portuguesa

### Questão 63

“Parceria da comunidade com a Polícia Militar. Esse é o foco do Programa Rede de Vizinhos, implantado pela PMSC para resgatar a autoestima e a **sensação** de segurança dos moradores. O ponto forte é a prevenção. Havendo qualquer anormalidade na rua, o alerta é levado à PM pelo whatsapp. **Ah!** Como o foco é impedir os delitos **e** não a emergência, os policiais **militares** passam dicas de segurança: iluminação, ruas pavimentadas, galhos de árvores podadas em quintais para deixar a casa bem vista e outros cuidados”.

Colombo de Souza – Florianópolis - 12/12/2016.

As palavras: “**sensação**”, “**Ah!**”, “**e**” e “**militares**” são, respectivamente:

- A) adjetivo, advérbio, preposição e substantivo.
- B) substantivo, interjeição, preposição e adjetivo.
- C) **substantivo, interjeição, conjunção e adjetivo.**
- D) substantivo, advérbio, conjunção, adjetivo.
- E) adjetivo, interjeição, preposição e substantivo.

### Questão 64

Leia atentamente o texto e classifique sintaticamente a oração destacada:

É no Oficial que está depositada a crença pública, aqui traduzida como a confiança do povo. Em outras palavras, significa que o povo deposita toda a confiança no oficial. Em contrapartida, é para o oficial que converge a maior responsabilidade do dever profissional perante a sociedade. Esta responsabilidade cresce **à medida que o Oficial ascende na escala hierárquica**. Por tudo isso, o Oficial constitui-se em um profissional de elevado valor social, sendo essencial que tenha fé e esteja comprometido com sua missão e esteja profundamente convencido de que deve conseguir sempre bons resultados, independentemente dos obstáculos ou sacrifícios a serem superados.

Cel. PM ref. Wilson Odirley Valla

- A) Oração Subordinada Adverbial Condicional.
- B) Oração Subordinada Adverbial Temporal.
- C) Oração Subordinada Adverbial Consecutiva.
- D) **Oração Subordinada Adverbial Proporcional.**
- E) Oração Subordinada Adverbial Conformativa.

### Questão 65

“Ao observarmos o quadro atual da violência urbana, muitas vezes não **nos atentamos** para os fatores que conduziram a tal situação, no entanto, podemos exemplificar o crescimento urbano desordenado. Em razão do acelerado processo de êxodo rural, as grandes cidades brasileiras absorveram um número de pessoas elevado, que não foi acompanhado pela infraestrutura urbana (emprego, moradia, saúde, educação, qualificação, entre outros); fato que desencadeou uma série de problemas sociais graves”.

Publicado por: Eduardo de Freitas em Geografia Urbana

Indique a alternativa que justifica corretamente a colocação do pronome oblíquo átono antes do verbo:

- A) A próclise se justifica pela existência de pronome indefinido.
- B) A próclise ocorreu pela existência de gerúndio precedido de “em”.
- C) A próclise se justifica porque o verbo faz parte de uma oração optativa.
- D) A próclise ocorreu por conta da existência de um pronome relativo.
- E) **A próclise ocorreu porque uma expressão negativa funcionou como partícula atrativa.**

### Questão 66

Marque, nas orações abaixo, aquelas de correto emprego da vírgula:

- I. “Tivera pai, mãe, marido, dois filhos. Todos aos poucos tinham morrido.  
(LISPECTOR, Clarice. A legião estrangeira)
- II. E agora, meu marido, aceito ou não o emprego?
- III. “Dizem muito que no Brasil, os corruptos ficam soltos enquanto os ladrões de galinha vão para a cadeia”.  
(VERISSIMO, Luis Fernando. Novas comédias da vida pública – A versão dos afogados)
- IV. Os oficiais militares, devem primar pelo estabelecimento da harmonia junto à população.
- V. Preciso dar uma maquiada no texto, ou seja, subentender algumas ideias.

- A) Estão corretas apenas I, II e V.  
B) Está correta apenas a II.  
C) Estão corretas apenas III e IV.  
D) Está correta apenas a I.  
E) Estão corretas apenas I e III.

### Questão 67

Foi organizada uma festa surpresa para um colega de seu trabalho. Toda a equipe participou de uma “vaquinha” para comprar os salgadinhos e refrigerantes. A festa aconteceria após o expediente. Porém, justamente no grande dia, você teve de fazer um atendimento externo e acabou se atrasando. Para a sua surpresa, os seus colegas (Que, sacanas!), não o esperaram... Algo que você descobriu quando estava quase chegando, e seu telefone tocou... Era uma de suas colegas, dizendo: “Pode ir para a casa, pois já comemos os salgadinhos”. Quando você começou a pronunciar algumas palavras, digamos feias, ela respondeu: “Calma, é brincadeira! Nós apenas comemos **dos salgadinhos!**”

<http://www.infoescola.com/portugues>

Encontre nas alternativas abaixo, um termo sintático de igual classificação ao destacado acima:

- A) Precisava de auxílio imediato quando a viatura chegou.  
B) Aos desatentos, não lhes darei explicação alguma.  
C) Quando chegou ao local, puxou da arma e deu voz de prisão.  
D) Tinha receio de castigos severos.  
E) Insisto na prisão do infrator.

### Questão 68

Observe o termo em destaque da frase e indique a classe de palavra à qual pertence:

“As ruas ficaram alagadas **porque** a chuva foi muito forte”.

- A) Substantivo.  
B) **Conjunção subordinativa causal.**  
C) Pronome relativo.  
D) Pronome interrogativo.  
E) Conjunção coordenativa explicativa.

### Questão 69

Identifique a figura de linguagem sublinhada no trecho da música de Chico Buarque:

“A moça triste que vivia calada sorriu  
**A rosa triste que vivia fechada se abriu**  
E a meninada toda se assanhou  
Pra ver a banda passar  
Cantando coisas de amor”

[Trecho da música “A banda” de Chico Buarque]

- A) hipérbole  
B) eufemismo  
C) polissíndeto  
D) **prosopopeia**  
E) catacrese

### Questão 70

Cunha e Cintra (2008, p.692) definem a crase como a fusão de duas vogais idênticas numa só. Trata-se da junção da preposição “a” com o artigo “a” (s). A crase é sinalizada pelo acento [´]. Marque a opção em que a crase não se justifica:

- A) Aquela guerreira mãe estava à espera de um milagre que salvasse a vida de seu filho.
- B) Naquele dia, o escritório se encontrava às avessas.
- C) Foi melhorando o seu desempenho físico à proporção que o tempo passava.
- D) O culto ecumênico será realizado às dezenove horas.
- E) **Segundo o noticiário, já chegou à duzentos o número de feridos.**

### Inglês

### Questão 71

The first conditional expresses a possibility in the future. Complete with the most suitable verb forms.

*“If you \_\_\_\_\_ on the Internet, you \_\_\_\_\_ that almost every day of the year celebrates some kind of food”*

- A) Were looking – would seeing
- B) Are looking – would see
- C) Had looked – would have seen
- D) **Look – will see**
- E) Looks – sees

### Questão 72

Complete the slots with the best modal verb according to the idea suggested in parentheses:

- I. I \_\_\_\_\_ drive well. (ability)
- II. Internet \_\_\_\_\_ be public (obligation)
- III. In case of fire, you \_\_\_\_\_ take the stairs (recommendation)

- A) Can – Might – Will
- B) Must – Must – Should
- C) Could – Will – May
- D) May – Should – Need
- E) **Can – Must – Should**

### Questão 73

What is the meaning of the phrasal verb below:

*“While some food “holidays” are indeed **made-up**, many have historical roots”.*

- A) renovated
- B) celebrated
- C) done
- D) innovated
- E) **invented**

### Questão 74

As far as the rules of pronunciation of regular simple past and past participle are concerned (e.g. the ending **-ed**), which verbs follow the same pronunciation pattern:

- A) Filled – related – used
- B) **Excited – lasted – related**
- C) Excited – filled – lasted
- D) Described – filled – lasted
- E) None of the above

### Questão 75

Choose the alternative that contains the correct answer following the comparative form:

- A) **Non-smokers usually live longer than smokers.**
- B) My house is more big then yours.
- C) This top model is beautifuler than that one.
- D) Which is the very dangerous animal in the world?
- E) A holiday in the sea is gooder than in the mountain.

## Informática

### Questão 76

Para criar uma nova área de trabalho virtual no Windows 10, estando este recurso habilitado, é necessário:

- A) Clicar no botão “visão de tarefas” e em seguida em “+ nova área de trabalho”
- B) Clicar no botão “pesquisar” e em seguida “+ nova área de trabalho”
- C) Clicar no botão “iniciar” e em seguida “+ nova área de trabalho”
- D) Clicar no botão “configurações” e em seguida em “+ nova área de trabalho”
- E) Clicar no botão “gerenciar tarefas” e em seguida em “+ nova área de trabalho”

### Questão 77

Uma opção alternativa para abrir o botão iniciar, na barra de tarefas do Windows 10, usando o teclado do computador, é pressionando:

- A) Windows Key + D
- B) Ctrl + Windows Key
- C) Windows Key
- D) Windows Key + TAB
- E) Shift + Windows Key

### Questão 78

Para alterar a configuração de orientação de página (retrato ou paisagem) em um documento, no Microsoft Word 2013, é necessário seguir os seguintes passos:

- A) Na aba “Layout da Página” clicar em “Margens” e em seguida escolher “Margens personalizadas”.
- B) Na aba “Inserir” clicar em “Orientação” e em seguida escolher entre as opções “Retrato” ou “Paisagem”.
- C) Na aba “Layout da Página” clicar em “Orientação” e em seguida escolher entre as opções “Retrato” ou “Paisagem”.
- D) Na aba “Inserir” clicar em “Quebra de página” e em seguida escolher entre as opções “Retrato” ou “Paisagem”.
- E) Na aba “Layout da Página” clicar em “Orientação” e em seguida escolher a opção “margens”.

### Questão 79

Para ordenar, em ordem crescente, o conteúdo de uma coluna no Microsoft Excel 2013, supondo que há uma planilha com dados somente nesta referida coluna, é necessário realizar os seguintes passos:

- A) Selecionar a coluna que contém os dados, Clicar em “Classificar e filtrar” (localizado na aba Início) e em seguida “Classificar de Z a A”.
- B) Clicar em “Classificar e filtrar” (localizado na aba Início) e em seguida “Classificar de A a Z”. Depois, selecionar a coluna que contém os dados.
- C) Clicar em “Classificar e filtrar” (localizado na aba Início) e em seguida “Classificar de Z a A”. Depois, selecionar a coluna que contém os dados.
- D) Selecionar a coluna que contém os dados, Clicar em “Classificar e filtrar” (localizado na aba Início) e em seguida “Classificar de A a Z”.
- E) Selecionar a coluna que contém os dados, Clicar em “Classificar e filtrar” (localizado na aba Início) e em seguida “filtrar”.

### Questão 80

No Microsoft Excel 2013 é possível transpor os dados de uma coluna em uma linha, ou vice-versa. Uma opção neste caso seria copiar os dados e usar o recurso:

- A) Colar com o atalho de teclado Ctrl + V.
- B) Colar usando o botão direito do mouse, usando a opção transpor.
- C) Recortar com o atalho Ctrl + X.
- D) Colar clicando no botão colar da aba Início.
- E) Copiar usando o botão direito do mouse, usando a opção transpor.